

DÍVIDA EXTERNA

FMI pode adiar aprovação do plano brasileiro

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — O presidente do Banco Central, Francisco Gros, admitiu ontem que a aprovação do programa pelo estabilização econômica pela diretoria do Fundo Monetário Internacional, prevista para o dia 22, poderá ficar para o dia 29.

A causa do possível adiamento, disse Gros, é o pouco tempo que os técnicos do Fundo terão para preparar um relatório complementar a ser distribuído aos diretores, contendo os esclarecimentos sobre as implicações fiscais da reforma tributária e da legislação na rolagem das dívidas de Estados e municípios, aprovada pelo Congresso, bem como do reajuste de 147% aos aposentados.

Apreensão — Na quarta-feira, o secretário de Planejamento, Pedro Parente, que veio a Washington para dar as explicações, disse que tanto a questão dos 147% como da rolagem tinham causado “muita apreensão” no FMI.

Parente disse que uma outra razão para o adiamento da votação do acordo com o Brasil é que a reunião do board do Fundo do dia 22 será curta, pois o diretor-gerente da instituição, Michel Camdessus, está convidado para participar de conferência internacional sobre assistência às ex-repúblicas soviéticas, marcada o mesmo dia, em Washington.

O presidente do BC revelou o adiamento depois de uma reunião de quase uma hora com o subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, na qual estava acompanhado por Parente e pelo embaixador do Brasil em Washington, Rubens Ricúpero. Do Tesouro, Gros foi para a sede do Fundo, onde, no início da noite, teria um encontro com Michel Camdessus.

Dúvidas sanadas — “Achamos que prestamos todos os esclarecimentos para que as dúvidas fossem dissipadas”, afirmou Gros. “Se foram, ou não, tem que perguntar ao Fundo”. Como é de praxe, o FMI, perguntado, não respondeu. “Sentimos que as dúvidas foram sanadas, mas são eles que terão de dizer”, reforçou Parente. “Para nós, o que está em discussão não é o acordo, mas se ele será aprovado no dia 22 ou no dia 29”.

O fato de os técnicos do FMI estarem preparando o relatório complementar para enviar ao board pode ser interpretado como um bom sinal. Se for este o caso, pode-se presumir que eles aceitaram os argumentos do governo e manterão sua recomendação favorável ao programa.

Caso contrário, não teriam porque fazer o relatório complementar, conhecido no jargão interno do Fundo como “um buff”, o nome do tom amarelo do papel em que é apresentado. Contudo, Camdessus, que se comprometeu publicamente com o programa, poderá não ficar satisfeito com os esclarecimentos e retirar o programa brasileiro da pauta de discussões do Fundo.